



ISO 26000: FATORES RESTRITIVOS E REQUISITOS PARA ADOÇÃO PELA INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

Alberto Eduardo Besser Freitag^a, Osvaldo Luiz Gonçalves Quelhas^a

^aUniversidade Federal Fluminense

Resumo

O propósito deste trabalho é identificar fatores restritivos e requisitos para adoção da norma ISO 26000:2010 pela indústria brasileira de construção civil. Utilizou-se como método uma revisão sistemática da literatura, com pesquisa nas bases científicas SciELO, Scopus, Web of Science e Engineering Village, seguida de um estudo bibliométrico. Os resultados mostraram que ainda existe pouca literatura científica em nível mundial envolvendo a norma ISO 26000, a indústria, especificamente a de construção civil, e empresas de micro, pequeno e médio porte. Apesar disso, com base na análise dos documentos incluídos na revisão da literatura foi possível elaborar uma lista com os fatores restritivos e requisitos para adoção da ISO 26000 pela indústria brasileira de construção civil e de outros segmentos industriais. O estudo está limitado à restrita literatura científica pesquisada. Sugere-se a realização de uma pesquisa para investigar quais requisitos da ISO 26000 são relevantes para as empresas da indústria da construção civil. O diferencial do estudo é disponibilizar conhecimento sobre os desafios enfrentados mundialmente pelas indústrias na adoção da norma ISO 26000 e propor recomendações para a indústria brasileira.

Palavras-chave: ISO 26000; Sustentabilidade; Indústria; Construção Civil; Pequenas Empresas.

1. INTRODUÇÃO

O lançamento da norma ISO 26000:2010, em novembro de 2010, corroborou a importância da responsabilidade social (RS) nas organizações, assunto que vem atraindo uma crescente atenção da sociedade, especificamente da comunidade científica e do setor empresarial, em função da sua interdependência com diversos segmentos industriais como o da construção civil, gerando notícias e informações em diversos campos.

No campo econômico, um estudo (FIRJAN, 2015a) com dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mostra que o setor econômico da indústria da construção civil no Estado do Rio de Janeiro apresentou uma taxa de crescimento real de 34,7% no período 2008/2012, crescendo de R\$ 16,8 bilhões em 2008 para R\$ 22,6 bilhões em 2012, representando 4,5% do PIB do Rio de Janeiro em 2012, e 10,6% do PIB do setor no Brasil. Em nível nacional o setor de construção civil teve desempenho semelhante, apresentando taxa de crescimento real de 29,3% no período 2008/2012, crescendo de R\$ 164,8 bilhões em 2008 para R\$

213,1 bilhões em 2012, representando 4,9% do PIB do Brasil em 2012.

No que tange ao número de empregados do Estado do Rio de Janeiro, um estudo (FIRJAN, 2015b) baseado em dados do Ministério do Trabalho e Emprego mostra que o setor da indústria da construção civil estadual apresentou variação de 47,3% no período de 2009/2013, crescendo de 214.757 empregos em 2009 para 316.302 em 2013, representando 6,9% dos empregos do estado em 2013, e 10,2% do setor no Brasil. Em nível nacional, o setor apresentou variação de 39,3% no período de 2009/2013, crescendo de 2.221.254 empregos em 2009 para 3.094.153 em 2013, representando 6,3% dos empregos no País.

A edição mais recente da publicação Decisão Rio (FIRJAN, 2014a) prevê grandes investimentos entre 2014 e 2016 no Rio envolvendo direta ou indiretamente o setor da construção: Indústria de Transformação (R\$ 40,5 bilhões); Infraestrutura (R\$ 37,9 bilhões); Instalações Olímpicas (R\$ 9,9 bilhões) e Turismo (R\$ 3,5 bilhões).



No campo setorial, o Mapa Estratégico da Indústria 2013-2022 (CNI, 2013) traz como objetivo central a competitividade com sustentabilidade. A essência da visão é que, até 2022, a indústria brasileira alcançará um elevado grau de competitividade internacional respeitando critérios de sustentabilidade. A busca por competir com sustentabilidade deve orientar decisões, estratégias e ações do Sistema Indústria, e influenciar as ações e posições das empresas industriais brasileiras e das demais entidades de representação da indústria, do governo e de outras organizações relacionadas direta ou indiretamente à questão industrial.

No campo técnico, a norma ABNT NBR ISO 26000:2010 (ABNT, 2010), que trata de diretrizes sobre RS, explica o desenvolvimento sustentável como sendo “satisfazer as necessidades do presente dentro dos limites ecológicos do planeta sem comprometer a capacidade das futuras gerações de suprir suas próprias necessidades”. O desenvolvimento sustentável tem três dimensões (econômica, social e ambiental) que são interdependentes - por exemplo, a eliminação da pobreza requer a promoção da justiça social e do desenvolvimento econômico e a proteção ao meio ambiente. A norma visa ser útil para todos os tipos de organizações nos setores privado, público e sem fins lucrativos, sejam elas grandes ou pequenas, com operações em países desenvolvidos ou em desenvolvimento.

O contexto supracitado demonstra a importância da RS, da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável na conjuntura atual, bem como a relevância da indústria da construção civil para a economia do estado do Rio de Janeiro e do Brasil.

De forma geral, existe pouca literatura científica sobre a relação entre a norma ISO 26000 e a indústria de construção civil. Uma pesquisa realizada com o termo “ISO 26000” na Revista Eletrônica Sistemas & Gestão até 23 de dezembro 2015 retornou 10 itens abordando as normas ISO 9000, 9001, 11228, 14000, 14001, 17025 e 20000; contudo, até o presente momento não consta nesse periódico nenhum artigo relacionado à norma ISO 26000. Da mesma forma, o estudo bibliométrico deste trabalho mostrou que existe pouca literatura científica envolvendo a norma ISO 26000 e a área de conhecimento indústria, especificamente a de construção civil.

Tal lacuna de conhecimento levou à definição do problema de pesquisa deste trabalho como sendo a necessidade de se identificar os fatores restritivos e requisitos para adoção da norma ISO 26000 pela indústria brasileira de construção civil.

O objetivo geral desta pesquisa é identificar os fatores restritivos e requisitos para adoção da norma ISO 26000 pela indústria brasileira de construção civil. Os objetivos específicos são:

- 1) A partir da revisão da literatura, identificar os desafios enfrentados mundialmente pelas indústrias na adoção da norma ISO 26000 e as recomendações para sua implantação;
- 2) Elaborar lista de fatores restritivos e requisitos para adoção da norma ISO 26000 pela indústria brasileira de construção civil, especialmente pelas empresas de micro, pequeno e médio porte e de outros segmentos industriais.

A justificativa para tal trabalho está no diferencial de disponibilizar conhecimento sobre os desafios enfrentados mundialmente pelas indústrias na adoção da norma ISO 26000 e propor recomendações para a indústria brasileira, especificamente a de construção civil e em especial para as indústrias de micro, pequeno e médio porte.

A delimitação pode ser caracterizada por pesquisa de organizações de vários países, cujos processos de implantação de ISO 26000 são descritos. Portanto, a revisão da literatura não se limitou a estudar aspectos de implantação da ISO 26000 em empresas brasileiras apenas. A literatura pesquisada situou-se nos anos de 2010 a 2015.

Este primeiro capítulo contextualiza o desenvolvimento deste trabalho. O segundo capítulo apresenta uma revisão da literatura envolvendo a norma ISO 26000 e a indústria da construção civil e de outros segmentos industriais, bem como empresas de micro, pequeno e médio porte. O terceiro capítulo trata do método de pesquisa adotado, uma revisão sistemática da literatura. O quarto capítulo traz como resultados uma lista com os fatores restritivos e requisitos para adoção da ISO 26000 pela indústria brasileira de construção civil e de outros segmentos industriais. O quinto capítulo aborda a discussão dos resultados e o sexto capítulo apresenta as conclusões e sugestões de novas pesquisas.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. ISO 26000 nas organizações

Deus *et al.* (2014) apresentam um estudo baseado numa revisão sistemática nas bases de dados ISI Web of Science e Scopus sobre a questão: “quais são as barreiras e motivadores da adoção da ISO 26000 para as organizações?”. Os motivadores encontrados foram: globalização/competição em mercados internacionais; congruência com sistemas de gestão; reputação (imagem) da empresa; relação com os funcionários e melhora do ambiente organizacional; melhora na relação com *stakeholders* externos; vantagem competitiva/estratégias; guia para a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e diminuição dos riscos do negócio. Já as barreiras en-



contradas foram falta de alinhamento da RSC com a estratégia organizacional; comercial (nacional e internacional); falta de compreensão da ISO 26000; falta de comunicação; falta de ferramentas; falta de sensibilidade ao tema; foco no curto prazo; gestão do conhecimento; receio em não cumprir a norma; recursos financeiros.

Uma agenda para estudos futuros foi elaborada, incluindo algumas sugestões alinhadas ao problema de pesquisa deste trabalho:

- a) Pesquisas focadas em indústrias específicas serão necessárias para apoiar/analisar as práticas específicas da norma, bem como para analisar sua influência na cadeia de suprimentos;
- b) Relacionar e estudar o efeito da ISO 26000 em pequenas e médias empresas;
- c) Comparação transnacional de práticas e iniciativas de RS também pode fornecer um maior conhecimento sobre a importância das práticas de RSC para a sustentabilidade de uma organização.

Para Hahn (2012), a atual categorização das normas não é suficiente para compreender plenamente a ISO 26000. O autor explica que atualmente existem três classes de normas ISO (Tipo A - Norma de requerimentos para sistemas de gestão; Tipo B - Norma de diretrizes para sistemas de gestão; Tipo C - Norma relacionada a sistemas de gestão), e que a ISO 26000 não se enquadra em nenhuma. Para resolver esse impasse, o autor sugere a adição de uma nova classe de norma de sistemas de gestão na classificação ISO, que seria o "Tipo D", com a denominação preliminar "Norma para induzir ou melhorar um sistema de gestão", e caracterização de se destinar a melhorar (ou induzir) um sistema de gestão em matéria de conteúdo e estrutura sistematicamente promovendo (ou introduzindo) processos de discussão contínuos. O foco deste tipo de norma é no conteúdo e nos processos para integrar um conjunto de temas centrais pertinentes e componentes estruturais necessários, dentro de um sistema de gestão. Ao mesmo tempo, deve permitir melhorar (ou induzir) processos de discussão sistemáticos, levando em conta o respectivo ambiente organizacional. Tal sistema de gestão pode ser flexível com relação à mudança de expectativas, relacionamentos e influências externas. Como consequência, as inter-relações com as diversas partes interessadas tornam-se «genes regulatórios», influenciando o respectivo sistema de gestão.

A certificação de tal norma do Tipo D poderia ser possível, mas não é uma característica constitutiva (Hahn, 2012). Adquirir uma certificação é, muitas vezes, apenas um motivo inicial para aderir a uma norma. Mais adiante, objetivos

internos como a otimização de operações passam a ser a prioridade. Evidências mostram que a existência de um sistema de gestão ambiental está relacionada a um melhor desempenho ambiental. Sua certificação, no entanto, não leva a um melhor desempenho ambiental. A RS das organizações é um domínio muito heterogêneo e dinâmico. Sua natureza é diferente em cada organização. O conteúdo e procedimentos de gestão da RS precisam ser aperfeiçoados continuamente. A ISO 26000, como uma norma de sistema de gestão do Tipo D, atende a essa realidade. Seu foco em conteúdo pode ajudar a fornecer uma compreensão universal da RS, deixando margem de manobra suficiente para a execução individual. Seus exemplos de melhores práticas podem funcionar como auxílio e orientação sobre a questão de como a RS pode ser implementada. Para empresas que começam a perceber sua RS, a ISO 26000, com seu foco de conteúdo, pode ser um ponto de partida para implementá-la em processos de gestão organizacional. Empresas em um estágio mais avançado podem usar a ISO 26000 para monitorar a conformidade das medidas e sistematizar as suas relações com as partes interessadas. Opcionalmente, a ISO 26000 poderia ser usada para preparar as organizações para uma certificação externa.

Albareda (2013) apresenta em seu artigo um modelo analítico para compreender a complexa arquitetura de normas de prestação de contas na Responsabilidade Social Empresarial (RSE), estudando o ciclo de normatização de RSE por meio da perspectiva de estudos organizacionais. Tem dois principais objetivos: discutir a abordagem teórica de governança na RSE, propondo uma matriz para classificar normas internacionais de prestação de contas de RSE, e estudar o ciclo de normatização multi-indústria de RSE (configuração e projeto, difusão e aplicação), criando um modelo analítico para compreender a dinâmica inovadora adotada por meio de configurações de normas de RSE, com vários elementos para analisar normas de prestação de contas de RSE tais como escopo, tipo de atores, tipo e mecanismos de desempenho e tipo de legitimidade e de estratégias de monitoramento.

O artigo é baseado em pesquisa empírica sobre padrões globais de normatização multi-indústria de RSE e o surgimento de uma dinâmica de regulamentação baseado na competição-colaboração. Baseia-se num estudo de caso da *Global Reporting Initiative* (GRI) e sua interação e convergência com o Pacto Global da ONU e ISO 26000. O diferencial é a análise da principal dinâmica de convergência adotada pelas mais populares normas multi-indústria de RSE de escopo global, a GRI, Pacto Global da ONU e ISO 26000. Como fim, ajuda a compreender a crescente convergência entre as normas multi-indústria de RSE, e como a convergência dos processos de geração de relatórios de sustentabilidade está avançando para a integração e elaboração de diretrizes homogêneas com a prevalência do modelo GRI.



2.2 ISO 26000 nos segmentos industriais

2.2.1 Segmento construção civil

Termo originado nos anos 1950, a RSE é a responsabilidade de uma corporação pelos impactos de suas decisões na sociedade e no meio ambiente. No entanto, a ISO 26000 redefine RS de forma geral por meio de referências aos princípios, temas centrais e questões do tema. O setor da indústria da construção civil de Hong Kong (ICHK) é fundamental para a economia da metrópole; em 2011, o valor bruto das obras realizadas pelos contratantes principais chegou a HK\$ 128,53 bilhões e contribuiu HK\$ 65,4 bilhões para o PIB total de HK\$ 1.823 bilhões. O objetivo da pesquisa de Barnes et Croker (2013) foi investigar quais questões da ISO 26000 são relevantes para as empresas da ICHK. As conclusões principais são que o nível de atividades de RSE relatado pelas empresas da ICHK para os sete temas centrais da ISO 26000 é uma função do tamanho da empresa; muitas pequenas e médias empresas (PME) consideram que muitas das questões da ISO 26000 são irrelevantes; para as grandes empreiteiras, reputação, legislação e/ou regulamento e cultura corporativa são motivadores para melhorias em RSE na ICHK.

A ICHK é caracterizada por um pequeno número de grandes empreiteiros locais e do exterior, que dependem de subcontratação, uma prática que pode dissipar a adoção de políticas de RSE. Embora existam ainda relativamente poucos artigos publicados tratando da ISO 26000, verificou-se que a mais importante barreira e dificuldade para a implementação da RSE é a falta geral de conhecimento ou consciência de RSE. O foco da pesquisa foi preencher a lacuna de literatura relativa às percepções dos profissionais da indústria da construção (IC) de quais questões de RSE identificados na ISO 26000 são aplicáveis para a ICHK. A metodologia adotada consistiu de um questionário para um amplo número de empresas contratantes e subcontratantes de listas da ICHK identificadas em websites públicos.

As perguntas do questionário foram projetadas partindo dos princípios para avaliar a relevância de cada uma das

questões centrais na ISO 26000. Além das 44 questões relacionadas aos sete princípios e sete temas centrais da ISO 26000, sete perguntas demográficas foram desenvolvidas para permitir a análise de diferentes segmentos, tipos de empresa e pontos de vista relacionados. Uma pergunta relacionada ao tamanho da empresa foi incluída para diferenciar potencialmente as visões e ações de RSE entre empresas grandes e PME. Ao todo, foram postados 2.853 convites para os potenciais entrevistados e o número de respostas válidas foi de 134 (um e-mail, 115 impressos e 18 via web), ou 4,70% do total. A Tabela 1 apresenta os resultados para os constructos analisados.

Muitos dos problemas identificados na ISO 26000 são relevantes para a IC em Hong Kong. No entanto, como observado pela própria ISO 26000, nem todas as questões e temas centrais são percebidas como relevantes por todos os segmentos da indústria. Em particular, a maioria das questões de direitos humanos não foi percebida como relevantes para muitos dos entrevistados. Embora a ISO 26000 só tenha uma questão relacionada com aspectos de segurança no trabalho, foi a que obteve a mais alta pontuação.

Outro foco dos entrevistados foi o desempenho ambiental, mas houve apenas uma mínima relevância percebida para as questões de gases de efeito estufa e a biodiversidade. O estudo corrobora as conclusões de outros pesquisadores: a natureza ferozmente competitiva da indústria da construção gera um foco na maximização do lucro, potencialmente inibindo assim a RSE especialmente para empresas menores; a saúde, o ambiente seguro e componentes de sistemas de gestão ambiental das políticas dos contratantes são influenciados pelos requisitos legais em Hong Kong.

2.2.2 Segmento têxtil

A indústria têxtil e de vestuário da China enfrenta pressões para adotar iniciativas de RSE, como descrevem Chen et al. (2014) em seu artigo. A implementação do código de conduta coletivo CSC9000T, baseado em uma filosofia de de-

Tabela 1 - Resumo das respostas na classificação ISO 26000 por porte (número de empregados). Brasil, 2016.

Classificações ISO 26000	Menos de 20	20 a 50	50 a 100	100 a 200	Mais de 200	Todas as respostas
Princípios de RS	2.15	2.55	2.67	2.84	3.11	2.65
Direitos humanos	1.83	1.86	2.26	1.99	2.41	2.09
Práticas de trabalho	2.43	2.82	2.93	2.85	3.28	2.86
Meio ambiente	2.03	2.42	2.70	2.44	3.09	2.57
Práticas leais de operação	1.69	2.12	2.23	2.27	2.87	2.25
Práticas de consumo	2.26	2.54	2.72	2.47	3.16	2.66
Envolvimento e desenvolvimento da comunidade	1.93	2.16	2.23	2.44	2.70	2.30
Total da pesquisa	2.06	2.35	2.53	2.46	2.93	2.48

Fonte: Barnes et Croker (2013)



envolvimento sustentável e orientada para o consumidor, é um marco para o desenvolvimento industrial. O CSC9000T tem características semelhantes às da SA 8000 e ISO 26000. O foco está em aspectos sociais, com diretrizes ambientais relativamente vagas e falta de auditorias de terceira parte. Os motivos para implementação foram inicialmente oriundos de grupos internacionais de pressão e de expectativas dos clientes. As normas internacionais ISO 26000 e SA 8000 servem como ponto de referência no estudo comparativo do CSC9000T com outras normas de responsabilidade social. A ISO 26000, o código CSC9000T e a norma SA 8000 têm a abordagem de um sistema de gestão em consonância com o ciclo PDCA (*Plan-Do-Check-Act*), melhoria contínua e demandas de documentação. A ISO 26000 não pode ser certificada por uma terceira parte, mas fornece uma auto-declaração que pode servir como um certificado de conformidade. O CSC9000T pode ser usado para auto-declaração e certificação por terceiros, enquanto a SA 8000 é auditada por terceiros.

2.2.3 Segmento mineração e metalúrgico

O objetivo do artigo de Bluszcz *et Kijewska* (2015) é apresentar o grau de envolvimento de empresas polonesas da indústria de mineração e metalurgia em atividades para o desenvolvimento sustentável. Diversas iniciativas que visam promover o desenvolvimento sustentável e a RSE são discutidas. Os autores abordam problemas de comunicação integrada das atividades de RSE e citam um índice de empresas socialmente responsáveis, que é o índice de respeito (*Respect Index*) introduzido pela bolsa de valores de Varsóvia. Duas empresas do setor analisado, citadas no artigo, são listadas pelo índice. Pesquisas conduzidas na Polônia a respeito do conhecimento de normas e padrões na implementação da RS nas empresas confirmam a existência da consciência a este respeito entre gerentes seniores, sendo que a relação conhecimento x aplicação da norma ISO 26000 é um das mais altas, apenas abaixo da ISO 14000.

Muitas vezes é conceitualmente sugerido que modelos para a prática da RSE, que consideram todas as necessidades das partes interessadas de uma empresa, podem emanar de sistemas de gestão baseados nas normas internacionais. Ranängen *et Zobel* (2014) desenvolveram um trabalho cuja questão de pesquisa foi descobrir se a adoção de sistemas de gestão estabelecidos é útil para colocar o gerenciamento das partes interessadas em prática. Realizou-se um estudo de caso com uma empresa de metais e mineração sueca, empregando um modelo analítico baseado na norma ISO 26000. A empresa possui sistemas de trabalho bem integrados e implementados relativos a práticas trabalhistas e de meio ambiente. Isto indica que sistemas de gestão certificados são ferramentas eficazes para a RSE e podem ser bem usados como meio de gerenciamento das partes inte-

ressadas na prática. No entanto, a análise também mostra que tais sistemas de gestão não contribuem para uma maior utilização de recursos de energia renovável, e nem para uma sistemática redução nas emissões de gases de efeito estufa. Além disso, importantes questões de RSE, como as práticas leais de operação e envolvimento e desenvolvimento da comunidade, não são consideradas pelo sistema de gestão adotado.

2.2.4 Segmento óleo & gás

A destruição da camada de ozônio, o aumento da temperatura da terra e as mudanças climáticas como resultado dos gases de efeito estufa são as mais importantes preocupações da sociedade nos dias de hoje. Considerando que as indústrias extrativas de petróleo e gás podem poluir o meio ambiente e há muitas instalações de petróleo e gás perto de áreas residenciais, as expectativas têm de ser atendidas e a sociedade local deve considerar as limitações como sendo as questões mais desafiadoras. Rangriz *et Abyar* (2014) conduziram uma pesquisa em 2014 por meio de questionários contendo 49 fatores de efetividade baseados nas regras da norma ISO 26000, que foram distribuídos entre a alta e média gerência de empresas do setor de óleo e gás. O estudo constatou que há uma relação significativa entre os sete fatores de efetividade (governança corporativa, meio ambiente, direitos humanos, desempenho dos funcionários, problemas relacionados ao consumidor, melhorias da sociedade local e métodos de desempenho justo) e a RS das indústrias extrativas de petróleo e gás. Governança corporativa e meio ambiente têm os impactos mais severos sobre a RS.

2.3 ISO 26000 nas indústrias de micro, pequeno e médio porte

A maioria das empresas subcontratadas da indústria de construção de Hong Kong (ICHK) faz parte de PME, que responde por 98% dos estabelecimentos comerciais de Hong Kong, segundo pesquisa de Barnes *et Croker* (2013). Empresas PME representam pelo menos 65% do valor bruto das obras executadas (a maior parte desse valor sendo como subempreiteiros para empresas de médio ou grande porte). Porém, a maioria dos esforços atuais para envolver PME de Hong Kong em questões relacionadas a desempenho ambiental e social teve pouco impacto até o momento.

Durante a última década, a literatura de RSE em evolução e os imperativos do aumento nas exigências de prestação de contas e sustentabilidade moveram a discussão principal de um debate de “sim ou não” para um sobre “como” implementar RSE, mas este debate foi principalmente centrado em grandes empresas com pouco foco sobre as PME, na suposição implícita de que as pequenas empresas são es-



sencialmente o mesmo que grandes empresas, mas em uma escala menor. Estudiosos argumentaram há algum tempo que “um pequeno negócio não é um pequeno grande negócio” devido à limitação de recursos de empresas de pequeno porte, decorrente principalmente de uma tendência de estarem em setores altamente fragmentados, muito competitivos, com incapacidade de poder arcar com os custos de profissionais qualificados, maior custo relativo para cumprir com regulamentos legais e severas restrições para conseguir empréstimos, questões que podem ser todas atribuídas às PME na indústria da construção.

A Tabela 1 mostra as pontuações médias para cada uma dos constructos e demonstra e suporta os principais achados da pesquisa, de que o nível relatado de atividades de RSE é uma função do tamanho da empresa e não necessariamente uma função da empresa ser um contratante principal ou um subcontratante. A análise identificou que os grandes empreiteiros com mais de 200 funcionários, incluindo os grandes subempreiteiros, consideram que atualmente cumprem obrigações legais e na realidade excedem as obrigações legais na área específica de saúde e segurança, apesar de haver um foco em questões ambientais que é geralmente conduzido por conformidade. O fator diferenciador identificado na pesquisa foi unicamente o tamanho das empresas.

Baseado na experiência de quinze anos prestando serviços de consultoria em ergonomia principalmente em PME francesas, Biquand *et Zittel* (2012) desenvolveram um selo para avaliar e valorar os esforços das empresas em lidar com a saúde e segurança no local de trabalho, como exigido pela ISO 26000, no parágrafo 6.4. A abordagem formal da ISO descreve o que deve ser alcançado, mas não dá nenhuma indicação sobre como as reais condições de trabalho devem ser melhoradas. O selo, chamado “*Démarche T*”, tem como objetivo a gestão das condições de trabalho como um processo, dando visibilidade e crédito às empresas para seu contínuo envolvimento no assunto. Os autores descrevem os itens e processos que fazem parte da avaliação. Primeiro realizam um diagnóstico ergonômico, seguido por recomendações. Em um nível local, as empresas que conseguem o selo obtêm uma vantagem competitiva para recrutar os melhores candidatos motivados por boas condições de trabalho e cumprem também os requisitos da ISO 26000, cada vez mais uma vantagem decisiva para se beneficiar do apoio público regional e europeu.

O objetivo do trabalho de Hemphill (2013) foi identificar e analisar criticamente as razões a favor e contra empresas implementarem a norma internacional ISO 26000. A análise identificou três motivos a favor: primeiro, a imagem positiva da ISO como uma organização globalmente respeitada e com credibilidade para o estabelecimento de normas técnicas internacionais; segundo, o desenvolvimento de um con-

senso internacional entre as partes interessadas acerca da definição e objetivos da RS, referindo-se aos impactos econômicos, ambientais e sociais das empresas na sociedade e no ambiente natural; e terceiro, uma referência holística para uma equipe de gestão interessada em integrar os princípios de RS em operações da empresa.

De uma perspectiva geral de governança empresarial, a norma internacional ISO 26000 é deficiente por ser muito ampla no escopo para ser útil no contexto de indústrias específicas e setores, muito cara e demorada para muitas PME no que tange sua implementação, e ao contrário da maioria das outras normas internacionais ISO, não é um sistema de gestão certificável, portanto leva a deficiências na avaliação de sua eficácia. A norma oferece uma abordagem genérica “tamanho único” para organizações de todos os tipos e tamanhos. Não leva em conta, portanto, indústrias ou contextos baseados em setores específicos nos quais competem empresas com fins lucrativos, o que é fundamental para identificar os principais impactos sociais e os desafios da sustentabilidade. Esta “deficiência” aumenta a complexidade (e custos) de uma empresa dedicada a adotar e implementar a norma ISO 26000 eficazmente. É especialmente problemático para as PME, que representam quase 97% das empresas do mundo, onde tais gastos e o tempo necessário a ser alocado para treinamento e assistência com implementação podem ser um dilema de tomada de decisão pela governança.

Confrontados pela alocação de tempo e custos elevados, os conselhos de administração e gerência sênior/empresários de PME podem decidir que investir seus recursos limitados em apenas um modelo voluntário certificável de RS e de sustentabilidade, como o Global Reporting Initiative (GRI) e o Pacto Global das Nações Unidas. É a forma do negócio receber o mais alto retorno sobre o investimento, ou seja, a certificação de terceiros e a subsequente legitimidade e credibilidade pela sua RS e práticas de sustentabilidade. Hemphill (2013) cita uma recente pesquisa global realizada pelo Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (ISID) de Manitoba, Canadá, sobre o impacto da ISO 26000 e RS nas operações de PME, que relatam:

- Mais de 89% dos entrevistados não pretendem usar a norma porque a consideram muito longa e cobrindo um espectro muito largo para servir como um guia prático. O setor de limpeza comentou que a ISO 26000 deveria considerar preocupações nacionais e setoriais se é para ter um apelo mais amplo;
- Muitos entrevistados não consideram normas (como a ISO 26000) fundamentais para aumento das competências, diversificação das ofertas de produtos e serviços e obtenção de financiamento – aspectos essenciais para a integridade nos negócios;



- 45% dos entrevistados citaram a falta de tempo como um obstáculo à melhoria do desempenho de RS;
- Muitos entrevistados aparentemente não possuem a competência para entender a agenda de RS, priorizá-la dentro dos interesses de seu negócio e estimar o tempo e os recursos necessários para adotá-la;
- 41% dos entrevistados percebem o aumento dos custos de conformidade social como uma barreira para melhorar a competitividade e deram a entender que seus resultados não alcançam as economias de escala necessárias para justificar investimentos em melhorias sociais e ambientais. Este último achado é o próximo desafio de governança do negócio.

Devido à norma ISO 26000 não fornecer orientação detalhada para a implementação de medidas operacionais no âmbito da indústria ou no contexto setorial, é inquestionável que a consideração de “custo de adaptação” será fundamental na decisão da governança das PME em muitas indústrias/setores. Para responder a este desafio de ampliar a adoção da norma (especialmente entre PME), o artigo

sugere que uma possibilidade seria a de associações industriais ou setoriais assumirem a responsabilidade (e custo) de “adaptar” a norma ao contexto específico da indústria ou setor. Um bom argumento é o benefício de imagem gerado para o setor/indústria.

3. MÉTODO DE PESQUISA

Uma estratégia geral para realizar pesquisa é fazer uso dos dados disponíveis. Em contraste com estratégias de pesquisa que se baseiam em dados coletados em primeira mão (experimentais, *surveys*, estudos de campo), o pesquisador de dados disponíveis minera informações de segunda mão. A fonte de tais informações inclui arquivos de dados gerados a partir de *surveys* e etnografias (Singleton Jr *et Straits*, 2010).

O método de pesquisa adotado na elaboração deste artigo foi baseado no Prisma (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*), um guia de recomendações para uma revisão sistemática de literatura, descrito por Moher *et al.* (2009), utilizando o fluxo de informações por meio das quatro fases (identificação, seleção, elegibilidade, inclusão).

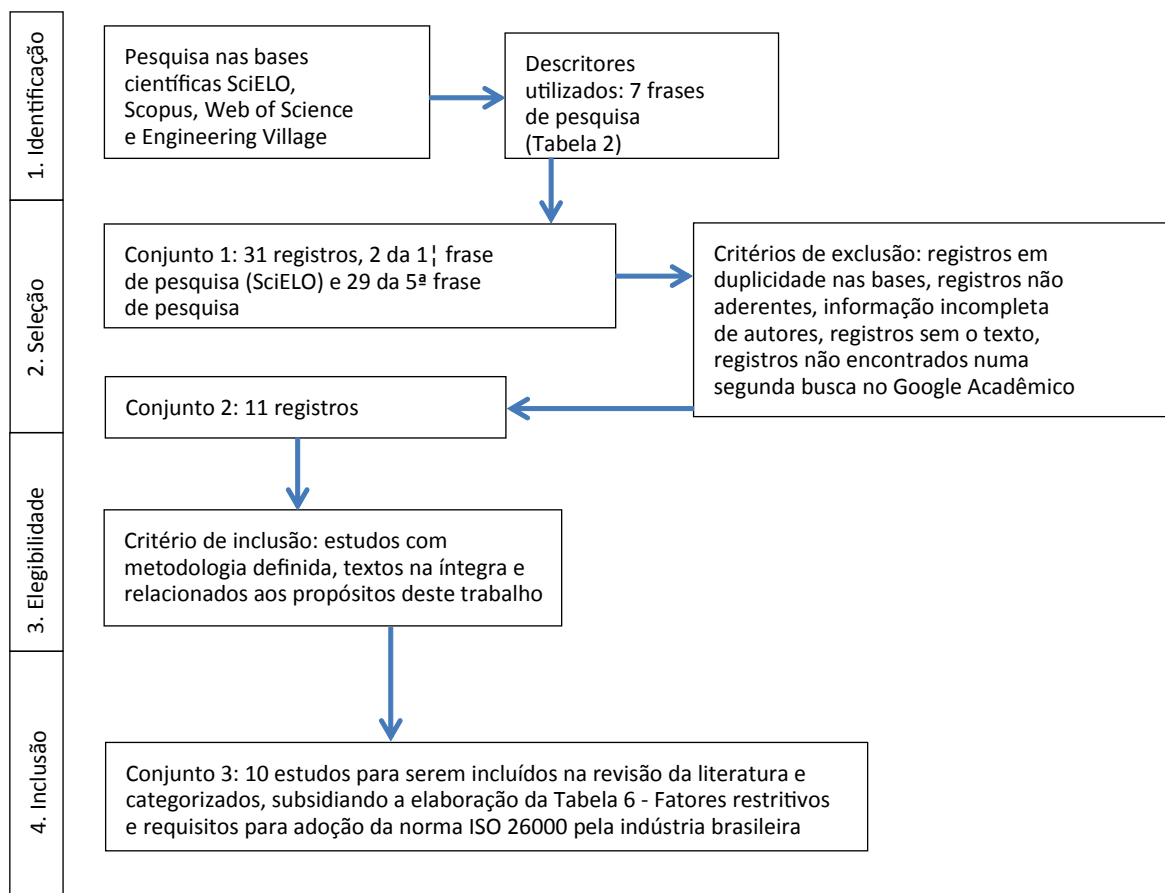


Figura 1 - Fluxo de informações por meio das quatro fases de uma revisão sistemática de literatura

Fonte: Elaborado a partir de Moher *et al.* (2009)



dade e inclusão) descritas na Figura 1, a partir de dados disponíveis nas bases científicas SciELO, Scopus, Web of Science e Engineering Village.

Descrição das quatro fases da revisão sistemática da literatura, utilizadas neste trabalho:

1. Identificação – pesquisa realizada entre os dias 1 e 28 de fevereiro de 2015 nas bases científicas SciELO, Scopus, Web of Science e Engineering Village, acessadas pelo portal de periódicos da CAPES/MEC, via Universidade Federal Fluminense (UFF), filtrando registros a partir do ano 2010, ano de emissão da norma ISO 26000, por meio de sete frases de pesquisa (Tabela 2);
2. Seleção – priorização de 31 registros (conjunto 1) resultantes da primeira (SciELO) e quinta frases de pesquisa. Após leitura dos títulos, resumos e palavras-chave, procedeu-se com a eliminação dos registros em duplicidade nas bases, bem como os não aderentes e com informações incompletas de autores. Eliminaram-se também os registros que não dispunham do documento completo, caso este não tenha sido encontrado numa segunda busca no Google acadêmico. Restaram 11 registros (conjunto 2);
3. Elegibilidade – após leitura completa dos 11 documentos e análise do conteúdo, identificaram-se 10

estudos (conjunto 3) relacionados aos propósitos deste trabalho;

4. Inclusão – os 10 estudos foram incluídos na revisão da literatura e categorizados, subsidiando a elaboração da Tabela 6, contendo um resumo dos fatores restritivos e requisitos para a adoção da norma ISO 26000 pela indústria brasileira, especificamente no setor de construção civil e em especial pelas empresas de micro, pequeno e médio porte.

O estudo bibliométrico dos 31 registros (conjunto 1) a seguir apresentado mostra que há um lento aumento na produção de artigos científicos (em 2011 não houve registros). As principais fontes são o *Journal of Cleaner Production* e *Corporate Governance (Binlgey)* e a área de conhecimento indústria é citada depois de gestão, negócios, contabilidade, engenharia e energia. A ainda pouca literatura científica envolvendo a ISO 26000 e a indústria, especificamente a de construção civil e as empresas de micro, pequeno e médio porte, corroboram o problema de pesquisa e os objetivos deste trabalho.

A Tabela 3 apresenta o ano de publicação dos 31 registros. O maior número foi publicado em 2014, sendo que em 2011 não houve publicações nas bases científicas pesquisadas. Apesar do ainda baixo número de registros envolvendo a norma ISO 26000 e as indústrias, nota-se um aumento na produção a partir de 2012.

Tabela 2 - Frases de pesquisa utilizadas nas bases científicas pesquisadas. Brasil, 2016.

Frases de pesquisa	SciELO	Scopus	Web of Science	Engineering Village	Total
ISO 26000	2	62	41	15	120
ISO 26000 AND indústria	0	---	---	---	---
ISO 26000 AND indústria AND construção	0	---	---	---	---
ISO 26000 AND construção	0	---	---	---	---
ISO 26000 AND industry	---	14	8	7	29
ISO 26000 AND construction industry	---	1	0	0	1
ISO 26000 AND building industry	---	1	0	2	3

Fonte: autoria própria.

Tabela 3. Ano de publicação dos registros. Brasil, 2016.

Ano	Número de Documentos			
	SciELO	Scopus	Web of Science	Engineering Village
2015 (até fev.)	0	1	1	1
2014	1	5	4	3
2013	0	3	0	1
2012	1	3	3	1
2011	0	0	0	0
2010	0	2	0	1

Fonte: autoria própria



As fontes de publicação com o maior número de registros estão descritas na Tabela 4, contendo pelo menos um registro nas bases científicas pesquisadas. As fontes *Journal of Cleaner Production* e *Corporate Governance (Bingley)* possuíam pelo menos dois registros em uma mesma base, na época da realização da pesquisa, e integram a revisão da literatura.

Tabela 4 - Principais fontes dos registros. Brasil, 2016.

Fonte	Número de Documentos		
	Scopus	Web of Science	Engineering Village
Journal of Cleaner Production	2	2	2
Corporate Governance (Bingley)	2	0	0
Metalurgija	1	1	1
Communications in Computer and Information Science	1	0	1
Journal of Business Ethics	1	1	0
IET Software	1	0	1
Canadian Mining Journal	1	0	1

Fonte: autoria própria.

A Tabela 5 descreve as principais áreas de conhecimento às quais estão relacionados os registros pesquisados nas bases científicas. Nota-se uma predominância das áreas de gestão, negócios e contabilidade, seguidas de engenharia, energia e indústria. A baixa quantidade de registros relacionada à indústria demonstra a importância e oportunidade de se direcionarem pesquisas para essa área de conhecimento, como se pretende por meio deste trabalho.

Tabela 5 - Principais áreas de conhecimento dos registros. Brasil, 2016.

Área de Conhecimento	Número de Documentos		
	Scopus	Web of Science	Engineering Village
Negócios		4	0
Gestão	7	3	0
Contabilidade		0	0
Engenharia	4	0	0
Energia	3	0	0
Indústria	0	0	3

Fonte: autoria própria

4. RESULTADOS

Com base na análise dos 10 estudos que foram incluídos na revisão da literatura, elaborou-se a Tabela 6, relacionando autor, categoria de organização, e um resumo dos fatos

restritivos e requisitos a serem considerados na adoção da ISO 26000 pela indústria brasileira, especificamente a de construção civil e também nas empresas de micro, pequeno e médio porte.

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O setor de construção civil possui 2.551 empresas no estado (FIRJAN, 2014b), das quais mais de 97% de micro, pequeno ou médio porte. Isso corrobora a recomendação de Deus *et al.* (2014) quanto à realização de pesquisas focadas em setores específicos para estudar a influência da norma ISO 26000 nas cadeias de suprimentos e nas micro, pequenas e médias empresas. Também está alinhado à sugestão de Hemphill (2013) quanto a associações industriais e/ou setoriais trabalharem na adaptação da norma ao contexto específico da indústria/setor.

Hahn (2012) sugere a existência de uma nova norma do Tipo D para induzir ou melhorar um sistema de gestão como forma de enquadrar a norma ISO 26000, sendo passível de certificação, apesar de não ser esse o objetivo. Uma solução para diminuir os custos de certificação, especialmente no caso das micro, pequenas e médias empresas, é a adoção de um selo para avaliar e valorar os esforços das empresas em lidar com a saúde e segurança no local de trabalho, como explicam Biquand *et Zittel* (2012).

O estudo Construção Civil: Desafios 2020 (FIRJAN, 2014c) cita a indústria da construção civil como um dos setores mais importantes para a economia, porque o desenvolvimento e a capacidade de produção do Brasil estão relacionados diretamente com o crescimento desse setor. Esse dinamismo vem sendo sustentado mesmo considerando os efeitos da crise internacional, o que implica novos desafios em relação à inovação, tecnologia, qualificação profissional e o estabelecimento de ambientes de negócios que favoreçam a produtividade, a competitividade empresarial e o desenvolvimento do país. Dessa forma, é interessante a realização de uma pesquisa junto às indústrias da construção civil do estado do Rio de Janeiro e do Brasil seguindo o modelo adotado por Barnes *et Coker* (2013) para avaliar o nível de atividades de RSE relatado pelas empresas para os sete temas centrais da ISO 26000.

As pressões para adoção de iniciativas de RSE pela indústria têxtil e de vestuário na China são abordadas por Chen *et al.* (2014). Uma forma de incentivar a adoção da norma no Brasil é por meio do relatório de Benchmarking do Investimento Social Corporativo (Comunitas, 2013), mostrando que desde 2007 há um consistente aumento nos investimentos sociais realizados por organizações sediadas no Brasil, apesar da conjuntura econômica desfavorável em 2012, quando o crescimento econômico foi de apenas 0,9%. Esse aumento consistente nos investimentos sociais é reforçado



Tabela 6 - Fatores restritivos e requisitos para adoção da norma ISO26000 pela indústria brasileira.

Autor	Categoria	Fatores restritivos	Requisitos
Deus et al. (2014)	Organizações em geral	Barreiras para adoção da ISO 26000: falta alinhamento da RSE com a estratégia organizacional e comercial; falta de compreensão da norma; falta de comunicação; falta de ferramentas; falta de sensibilidade ao tema; foco no curto prazo; gestão do conhecimento; receio em não cumprir a norma; recursos financeiros.	Pesquisas focadas em indústrias específicas, especialmente micro, pequenas e médias empresas, e comparação transnacional de práticas e iniciativas de RSE.
Hahn (2012)	Organizações em geral	A ISO enfatiza que a ISO 26000 não é uma norma de sistema de gestão. Que tipo de norma é a ISO 26000? Quais as oportunidades e restrições contidas na ISO 26000? O entendimento atual de normas de sistemas de gestão é suficiente para caracterizar a ISO 26000?	A atual categorização das normas de sistemas de gestão ISO (Tipos A, B e C) não é suficiente para compreender plenamente a ISO 26000. Sugestão é uma norma "Tipo D" para induzir ou melhorar um sistema de gestão, a partir do aperfeiçoamento contínuo do conteúdo, processos e estrutura. É certificável.
Albareda (2013)	Organizações em geral	Compreender a complexa arquitetura de normas de prestação de contas na Responsabilidade Social Empresarial (RSE).	Adotar convergência entre as normas multi-indústria de RSE de escopo global, a GRI, Pacto Global da ONU e ISO 26000, baseado numa dinâmica de regulamentação de competição-colaboração.
Barnes et Croker (2013)	Indústria de construção civil de Hong Kong e peq. e médias empresas	Descobrir quais questões da ISO 26000 são relevantes para as empresas, por meio de pesquisa.	Função do tamanho da empresa; muitas PME consideram que muitas das questões da ISO 26000 são irrelevantes; mas para as grandes empreiteiras, reputação, legislação e/ou regulamento e cultura corporativa são motivadores para melhorias em RSE.
Chen et al. (2014)	Indústria têxtil e de vestuário da China	Pressões para adoção de iniciativas de Responsabilidade Social Empresarial.	Implementação do código de conduta coletivo CSC9000T, baseado em uma filosofia de desenvolvimento sustentável e orientada para o consumidor, e comparação com normas ISO 26000 e SA 8000.
Bluszcz et Kijewska (2015)	Indústria de mineração e metalurgia da Polónia	Avaliar o grau de envolvimento em atividades para o desenvolvimento sustentável por meio de pesquisa com gerentes seniores.	Existe conhecimento sobre normas e padrões na implementação da responsabilidade social nas empresas, com índice de aplicação alto da ISO 26000, se comparado com outras normas.
Ranängen et Zobel (2014)	Indústria de metal e mineração da Suécia	Descobrir se a adoção de sistemas de gestão estabelecidos é útil para colocar o gerenciamento das partes interessadas em prática, com base num modelo baseado na ISO 26000.	Sistemas de gestão certificados são ferramentas eficazes para a RSE e podem ser bem usados como meio de gerenciamento das partes interessadas na prática.
Rangriz et Abyar (2014)	Indústria extra-tiva de petróleo e gás	Avaliar a percepção de gerentes do setor de P&G sobre atuação das suas empresas em RS, considerando o risco de poluição do meio ambiente.	Considerar que Governança Corporativa e Meio Ambiente têm os impactos mais severos sobre a RS.
Biquand et Zittel (2012)	Pequenas/médias empresas francesas	A abordagem formal da ISO 26000 descreve o que deve ser alcançado, mas não dá nenhuma indicação sobre como as reais condições de trabalho devem ser melhoradas.	Selo para avaliar e valorar os esforços das empresas em lidar com a saúde e segurança no local de trabalho, como exigido pela ISO 26000, a partir de um diagnóstico ergonômico e recomendações.
Hemphill (2013)	Pequenas e médias empresas em geral	A norma ISO 26000 oferece uma abordagem genérica "tamanho único" para organizações de todos os tipos e tamanhos, sem considerar contextos baseados em setores.	Associações industriais/ setoriais poderiam assumir a responsabilidade de "adaptar" a norma ISO 26000 ao contexto específico da indústria/setor.

Fonte: autoria própria



pela maior valorização das ações de empresas listadas no Índice Bovespa de Responsabilidade Socioambiental (ISE), se comparado com o Ibovespa.

A partir de uma pesquisa da McKinsey, Bonini *et* Bové (2014) identificaram que os líderes das empresas estão priorizando o tema “sustentabilidade”, e executivos globais acreditam que a questão é cada vez mais importante para a estratégia de suas empresas, mas há desafios para que se torne o negócio principal das organizações. Além de forte atuação em processos, os líderes compartilham outras características que são a chave para um programa de sucesso de sustentabilidade — entre eles, metas agressivas (internas e externas), uma estratégia focada e ampla adoção pelas lideranças das organizações.

Tal estudo está alinhado às pesquisas de *Bluszcz et Kijewska* (2015), de que existe conhecimento sobre normas e padrões na implementação da RS nas empresas, bem como de *Ranängen et Zobel* (2014), quanto à importância das práticas legais de operação e envolvimento e desenvolvimento da comunidade, além de *Rangriz et Abyar* (2014), no que tange os impactos da governança corporativa e meio ambiente, considerados os mais severos sobre a RS.

6. CONCLUSÃO E SUGESTÃO DE NOVAS PESQUISAS

O objetivo desta pesquisa foi o de identificar os fatores restritivos e requisitos para adoção da norma ISO 26000 pela indústria brasileira de construção civil. No capítulo 4 foi apresentada uma lista com essas informações atendendo o objetivo geral proposto, bem como os objetivos específicos porque a partir da revisão sistemática da literatura. Foram identificados os desafios enfrentados mundialmente pelas indústrias na adoção da norma ISO 26000 e as recomendações para sua implantação, e elaborou-se uma tabela listando os fatores restritivos e requisitos para adoção da norma ISO 26000 pela indústria brasileira, especificamente a de construção civil e especialmente pelas empresas de micro, pequeno e médio porte.

Por meio do estudo bibliométrico, este trabalho comprovou que a literatura científica relacionando publicações envolvendo a norma ISO 26000 e a área de conhecimento indústria ainda é pequena, especialmente no que tange à adoção da norma na indústria da construção civil.

Uma sugestão para futuros trabalhos é aplicar na indústria da construção civil do Rio de Janeiro e do Brasil, o modelo de pesquisa realizado na indústria da construção civil de Hong Kong por *Barnes et Croker* (2013), com o objetivo de descobrir e comparar quais questões da ISO 26000 são relevantes para as empresas, especialmente para as de micro, pequeno e médio porte.

Tal pesquisa poderia ser replicada em outros segmentos industriais, de forma a comparar o nível de atividades de RSE relatado pelas empresas para os sete temas centrais da ISO 26000.

Outra sugestão é verificar se existe correlação entre o uso da ISO 26000 e o aumento da produtividade na indústria da construção civil como forma de incentivar a adoção de boas práticas de RSE nas organizações.

REFERÊNCIAS

- ABNT NBR ISO 26000 (2010), Diretrizes sobre responsabilidade social, Associação Brasileira de Normas Técnicas, 1ª edição, Dezembro.
- Albareda, L. (2013), “CSR governance innovation: Standard competition-collaboration dynamic”, *Corporate Governance (Bingley)*, vol.13, Issue 5, pp. 551-568.
- Barnes, L. R., Croker, N. (2013), “The relevance of the ISO 26000 social responsibility issues to the Hong Kong Construction Industry”, *Australasian Journal of Construction Economics and Building*, vol.13, Issue 3, pp. 37-50.
- Biquand, S., Zittel, B. (2012), “Social responsibility and work conditions: Building a reference label, Démarche T[®]”, *Work*, vol.41, Issue SUPPL.1, pp. 2097-2100.
- Bluszcz, A., Kijewska, A. (2015), “Challenges of sustainable development in the mining and metallurgy sector in Poland”, *Metalurgija*, vol.54, Issue 2, pp. 441-444.
- Bonini, S., Bové, A-T. (2014), “Sustainability’s strategic worth: McKinsey Global Survey results”, McKinsey & Company, disponível em: http://www.mckinsey.com/insights/sustainability/sustainability_strategic_worth/. (Acesso em 1 de outubro de 2014).
- Chen, T., Larsson, A.; Mark-Herbert, C. (2014), “Implementing a collective code of conduct - CSC9000T in Chinese textile industry”, *Journal of Cleaner Production*, vol.74, July, pp. 35-43.
- Comunitas (2013), *Benchmarking do investimento social corporativo – relatório 2013*, São Paulo, Comunitas.
- Confederação Nacional da Indústria (2013), *Mapa estratégico da indústria 2013-2022*, 2. Ed. Brasília: CNI.
- Deus, R. M. de, Seles, B. M. R. P., Vieira, K. R. O. (2014), “As organizações e a ISO 26000: revisão dos conceitos, dos motivadores e das barreiras de implementação”, *Gestão & Produção*, Vol.21, No. 4., disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-530X772/13>. (Acesso em 17 de fevereiro de 2015).
- Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. (2014a), *Decisão Rio 2014-2016*, Rio de Janeiro: FIRJAN.
- Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. (2014b), *Divisão de Cadastro Industrial*, Rio de Janeiro: FIRJAN.



- Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. (2014c), *Construção Civil: Desafios 2020*, Rio de Janeiro: FIRJAN.
- Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. (2015a), *Estudo com dados do IBGE*, Rio de Janeiro: FIRJAN.
- Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. (2015b), *Estudo com dados do MTE*, Rio de Janeiro: FIRJAN.
- Hahn, R. (2012), "Standardizing Social Responsibility? New Perspectives on Guidance Documents and Management System Standards for Sustainable Development", *IEEE Transactions on Engineering Management*, vol.59 Ed.4, pp. 717-727.
- Hemphill, T. (2013), "The ISO 26000 guidance on social responsibility international standard: What are the business governance implications?", *Corporate Governance (Bingley)*, vol.13, Issue 3, pp. 305-317.
- Moher D., Liberati A., Tetzlaff J., Altman D. G., The PRISMA Group. (2009), "Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: The PRISMA Statement", *PLoS Med.*, disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2707599/> (Acesso em 22 de dezembro de 2015).
- Ranängen, H., Zobel, T. (2014), "Exploring the path from management systems to stakeholder management in the Swedish mining industry", *Journal of Cleaner Production*.
- Rangriz, H., Abyar, M. R. (2014), "Identification and prioritization of the factors impacting the social responsibility of the extractive oil and gas industries", *Asian Social Science*, vol.11, Issue 2, pp. 111-123.
- Singleton JR., R. A., Straits, B. C. (2010), "Approaches Social Research. 5th Ed.", Oxford University Press, Inc., chapter 12, p. 393-430.